

Marcílio quer segurar salário

O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, jogou água fria nas pretensões dos parlamentares que esperam negociação com o Governo a recomposição do salário mínimo ao patamar de cem dólares (cerca de Cr\$ 77 mil, pelo câmbio comercial). Esse patamar, segundo afirmou ontem, é incompatível com a política de estabilização e um reajuste brusco não será aceito pela equipe econômica, por causa do impacto na inflação.

O Governo, garantiu o ministro, já começou a negociar com o Congresso uma solução para o impasse em torno do mínimo. O entendimento estaria sendo tentado através do ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, e as lideranças do Governo no Congresso, mas já dentro dessa perspectiva de não provocar impactos na política econômica.

A polêmica em torno do patamar de cem dólares para o mínimo surgiu na votação dos vetos à política salarial, porque em setembro, quando foi fixado o valor de Cr\$ 42 mil para o mínimo, isto correspondia a cem dólares. Com a desvalorização do cruzeiro e o congelamento do mínimo, a paridade caiu para cerca de 55 dólares.

Um sinal — O primeiro aceno do presidente Fernando Collor no sentido de negociar uma alternativa para o impasse da política salarial no Congresso foi concretizado ontem pela manhã, durante audiência ao deputado Jabes Ribeiro (PSDB-BA). O encontro foi marcado para discutir uma solução para crise da cultura do cacau no sul da Bahia, onde os

produtores já devem 70 milhões de dólares aos bancos oficiais e a queda brutal na produção desempregou 250 mil trabalhadores. Ainda assim, o deputado ariscou uma pergunta: "Presidente, está muito difícil para as oposições aceitarem um salário mínimo de Cr\$ 42 mil. O senhor não acha que precisamos encontrar uma saída negociada para acabar com a obstrução aos trabalhos do Congresso?", indagou Jabes Ribeiro.

"Eu estou muito preocupado com este problema. Tanto que recomendei às lideranças que estudem o assunto", respondeu Collor. Em seguida, segundo relato do deputado, o Presidente foi muito enfático em relação aos "efeitos desastrosos" que o aumento do mínimo provocaria na Previdência Social, além de apontar as dificuldades que o reajuste pleiteado pelas oposições provocaria nas prefeituras do Nordeste, que não teriam condições de arcar com a folha de pagamento. "Mas não senti nenhum sinal de intransigência no Presidente", disse Jabes após o encontro.

Diante da receptividade do Presidente, Jabes perguntou o que ele pensava a respeito da emenda José Serra (PSDB-SP), que antecipa o plebiscito sobre sistema de governo para outubro de 1992. E para total surpresa do parlamentar, Collor revelou que "o início de 1993 seria um bom momento para se votar o plebiscito", previsto para setembro daquele ano. Por ocasião da votação da Emenda Richa, ele prometeu manter distância, mas Passarinho trabalhou firme para derrubá-la.